

PILULA MAÇÔNICA Nº 177

O Descobrimento do Brasil e os Templários – parte II

Tinham passado cem anos sobre a condenação dos Templários nos processos de Paris, e o Vaticano estava preocupado com a pressão muçulmana sobre a Europa, que aumentara muito no século XIV. Com isso, em 1418, o Infante consegue o aval do papa ao projeto expansionista. Num século, os papas emitiram onze bulas privilegiando a Ordem com monopólios da navegação para a África, posses de terras, isenção de impostos eclesiásticos e autonomia para organizar a ação da Igreja nos locais a descobrir.

Dom Henrique sabia que os lusos não seriam capazes de cruzar o “mar de areia” do deserto do Saara, que só podia ser vencido com o auxílio do camelo. Mas havia indícios de que os marroquinos faziam um tipo de comércio com os habitantes locais, nas proximidades da foz de um grande rio, cujo delta desaguava no Atlântico, ao sul do arquipélago das Canárias. De posse de tais informações, Dom Henrique começou a pensar na hipótese de flanquear os mouros pela retaguarda e dominar a foz do “rio de ouro” – que, como se saberia depois, era o Senegal, tido como um dos braços do Nilo.

Para fazer isso, teria que mergulhar no desconhecido.

No momento em que o Infante, à frente da **Ordem de Cristo**, resolveu dar a volta ao continente Africano, a idéia parecia uma loucura. Havia pouca tecnologia para navegar em oceano aberto e nenhum conhecimento sobre como se orientar no Hemisfério Sul, porque só o céu do Norte estava cartografado. Mais ainda: acreditava-se que, ao Sul, os mares estavam cheios de monstros terríveis. De onde teria vindo, então, a informação de que era possível encontrar um novo caminho para o Oriente? **Possivelmente dos Templários**, que durante as Cruzadas, além de se especializarem no transporte marítimo de peregrinos para a Terra Santa, mantiveram imensos contatos com viajantes oriundos de toda a Ásia. Quando o navegador da **Ordem de Cristo**, Gil Eanes passou o Cabo Bojador, um pouco ao sul das Ilhas Canárias, em 1434, mais do que realizar um avanço náutico, estava a desmontar uma mitologia secular. Acreditava-se que, depois do Cabo, localizado no que é hoje o Saara Ocidental, começava o Mar Tenebroso, onde tudo de mal aconteceria aos navegadores. Quando finalmente reuniu coragem e viu que do outro lado não haveria nada de especial, Eanes abriu caminho para o Sul.

Morto em 1460, o Infante Dom Henrique não assistiu o triunfo de sua empreitada, mas sentiu que Portugal estava para se tornar uma das maiores potências marítima. Nas primeiras décadas da existência da **Ordem de Cristo**, os ex-Templários estabeleceram estaleiros em Lisboa, fizeram contratos de manutenção de navios e dedicaram-se à tecnologia náutica, aproveitando o conhecimento adquirido no transporte de peregrinos entre a Europa e o Médio Oriente durante as Cruzadas. O rei Dom João II, que governou entre 1481 e 1495, estimulou a atividade mercantil e a colonização dos territórios africanos.

A **Ordem de Cristo** controlou o conhecimento das rotas e o acesso às tecnologias de navegação enquanto pode. Mas com o ouro descoberto na Guiné, em 1461, o monopólio da pilotagem passou a ser cada vez mais desafiado. A partir de então, multiplicaram-se os contratos com comerciantes e as cessões de domínio ao rei para exploração das regiões descobertas. Aos poucos, a sabedoria secreta guardada em Tomar foi sendo passada para mercadores de Lisboa, da Flandres e da Espanha. Naquela época, Portugal fervilhava de

espiões, especialmente espanhóis e italianos, que procuravam os preciosos mapas ocultos pelos Templários. Enquanto o tesouro, de dados marítimos, esteve sob a sua guarda, a estrutura secreta da Ordem garantiu a exclusividade aos portugueses. Em Tomar e em Lagos, os navegadores só progrediam na hierarquia depois de sua lealdade ter sido comprovada, se possível em batalha. Só então podia ler os relatórios reservados de pilotos que já tinham percorrido regiões desconhecidas e ver preciosidades como as tábuas de declinação magnética, que permitiam calcular a diferença entre o Pólo Norte verdadeiro e o magnético. E, à medida que as conquistas avançavam no Atlântico, eram feitos novos mapas de navegação astronômica, que forneciam orientação pelas estrelas do Hemisfério Sul, a que também só os iniciados tinham acesso.

Mas o sucesso atraía a competição. A Espanha, tradicional adversária, também fazia política no Vaticano para minar os monopólios da Ordem, numa ação combinada com seu crescente poderio militar. Em 1480, depois de vencer Portugal numa guerra de fronteiras que durou dois anos, os reis Fernando, de Leão, e Isabel, de Castela, começaram a interessar-se pelas terras de além-mar. Com a viagem de Colombo à América, em 1492, o Papa Alexandre VI, um espanhol de Valência, reconheceu em duas bulas, as ***Inter Caetera***, o direito de posse dos espanhóis sobre o que o navegante genovês tinha descoberto, e rejeitou as reclamações de Dom João II de que as novas terras pertenciam a Portugal. O rei não se conformou e ameaçou com outra guerra. A controvérsia induziu os dois países a negociarem, frente a frente, na Espanha, no ano de 1494, um Tratado para dividir o vasto Novo Mundo que todos pressentiam: o ***Tratado de Tordesilhas***.

Portugal acabou por ser obrigado a enviar os melhores cartógrafos e navegadores da **Ordem de Cristo**, liderado pelo experiente Duarte Pacheco Pereira, à Tordesilhas, na Espanha, para tentar um tratado definitivo, mediado pelo Vaticano, com os espanhóis. Apesar de toda contestação, a Santa Sé era o único poder transnacional na Europa do século XV. Só ela podia mediar e legitimar negociações entre países. Portugal saiu-se bem no acordo. Era a vantagem dada pela estrutura secreta da **Ordem de Cristo**, que devido a sua política de sigilo, os portugueses sabiam da existência das terras onde hoje está o Brasil sete anos antes da viagem de Pedro Álvares Cabral.

Lisboa, 08 de março de 1500, um domingo. Terminada a missa campal, o rei Dom Manuel I sobe ao altar, montado no cais da Torre de Belém, toma a bandeira da **Ordem de Cristo** e a entrega a **Pedro Álvares Cabral**. O capitão vai içá-la na principal nave da frota que partirá daí a pouco para a Índia.

Era uma esquadra respeitável, a maior já montada em Portugal, com treze navios e 1500 homens. Além do tamanho, tinha outro detalhe incomum. O comandante não possuía a menor experiência como navegador. Cabral só estava no comando da esquadra **porque era Cavaleiro da Ordem de Cristo** e, como tal, tinha duas missões: criar uma feitoria na Índia e, no caminho, tomar posse de uma terra já conhecida, o Brasil.

Em 22 de abril de 1500, naus com a cruz da **Ordem de Cristo**, chegaram onde hoje é a Bahia. Foi o espírito dos cruzados que guiou a aventura das grandes navegações portuguesas.

A presença de Cabral à frente do empreendimento era indispensável, porque só a **Ordem de Cristo**, uma companhia religiosa-militar autônoma do Estado e herdeira da misteriosa **Ordem dos Templários**, tinha autorização papal para ocupar – tal como nas Cruzadas – os territórios tomados aos infiéis. No dia 26 de abril de 1500, quatro dias depois de avistar a costa brasileira, o Cavaleiro Pedro Álvares Cabral cumpriu a primeira

parte da sua tarefa. Levantou, onde é hoje Porto Seguro, a bandeira da Ordem e mandou rezar a primeira missa no novo território.

O Escrivão Pero Vaz de Caminha escreveu ao rei sobre a solenidade; **“Alí estava com o capitão a bandeira da Ordem de Cristo, com a qual saíra de Belém, e que sempre esteve alta”**.

M.:L.: Alfério Di Giaimo Neto
CIM 196017